

Administração Local em greve e em luta contra um orçamento imoral

08-Nov-2013

GREVE NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A elevada adesão à greve que continua a registar-se na Administração Local confirma a exigência dos trabalhadores de recusa deste Orçamento dito de Estado, exigência que cresce à medida que se conhecem novas informações e objectivos do governo.

Um orçamento que rouba os trabalhadores da Administração Pública são este ano em mais de 3.2 mil milhões de euros beneficia o capital em mais de 782 mil milhões de euros.

Rouba os trabalhadores e os mais desfavorecidos para dar aos ricos.

Corte de salários, aumento dos horários de trabalho, dos impostos, dos descontos para a segurança social, do IRS para os trabalhadores são aumenta a dimensão do saque a quem menos tem. Para a população mais desfavorecida, os reformados e os pensionistas, menos saúde, menos medicamentos e menos dinheiro para as despesas cada vez mais altas.

A educação é objecto de assalto. A Administração Local vem sendo penalizada com os cortes financeiros, imposição de responsabilidades. Apois a destruição de mais de 1200 freguesias, preparam agora o assalto às Câmaras Municipais.

O governo prossegue o objectivo de privatização da captação, tratamento e distribuição de água e da recolha e tratamento de resíduos.

O actual titular da pasta do Ambiente, o Ministro Jorge Moreira da Silva, aponta o próximo mês de Março como prazo para a privatização da EGF, empresa de gestão de resíduos, integrada no grupo Águas de Portugal. Trata-se de um sector com fortíssimo investimento público, lucrativo, caracterizado por sistemas de tratamento de resíduos dos mais avançados de toda a Europa, o que por si só justificaria a sua manutenção na esfera pública.

Enquanto isto, a imprensa anuncia que cresceram em Portugal em cerca de 10,8% o número de multimilionários, com fortunas superiores a 25 milhões de euros as quais subiram 11%, enquanto os trabalhadores empobrecem, situação que justifica ainda mais a exigência de demissão deste governo e a sua substituição por uma alternativa política que respeite o trabalho e os trabalhadores, o direito à educação, à saúde, o poder local democrático conquistado com Abril.

O STAL, os trabalhadores da Administração Local vão continuar a luta, pela demissão deste

governo, em defesa das 35 horas, dos salários e dos direitos laborais e sociais, do emprego e da carreira profissional, dos serviços públicos de qualidade para todos, do poder local e da democracia.